

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº N.º 10/2024/2025/AUD / GAB**PROCESSO Nº 23106.122271/2024-18****Tipo de Auditoria:** Financeira**Assunto:** Auditoria Financeira das Demonstrações Contábeis da UnB.**Relatório nº:** 10/2024**RELATÓRIO DE AUDITORIA**

Magnífica Reitora,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 07/2024 (SEI n.11832717), Processo SEI n. 23106.068588/2024-00, apresentamos os resultados dos exames em relação à Auditoria Financeira das Demonstrações Contábeis da UnB, referente à Ação de Auditoria nº 07 do Plano Anual de Auditoria Interna de 2024.

1. INTRODUÇÃO

A auditoria foi realizada em observância às normas de auditoria aplicáveis ao Setor Público Federal. Nenhuma restrição ou limitação foi imposta à realização do trabalho.

1.1. Visão Geral do objeto

A auditoria financeira, em sentido amplo, tem como objetivo aprimorar e propiciar a prestação de contas de órgãos e entidades públicos e, em sentido específico, aumentar o grau de confiança dos usuários nas demonstrações financeiras emitidas pelos órgãos e entidades públicos.

A Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), da qual o Tribunal de Contas da União (TCU) faz parte, é o órgão responsável pela publicação das Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI).

A ISSAI 200, ao definir os princípios fundamentais de auditoria financeira, indicou que o propósito de uma auditoria de demonstrações financeiras é aumentar o grau de confiança dos usuários nessas demonstrações, conforme indicado no item 16 da referida norma:

16. O objetivo da auditoria de demonstrações financeiras é aumentar o grau de confiança nas demonstrações por parte dos usuários previstos. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações financeiras foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável, ou – no caso de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com uma estrutura de apresentação adequada de relatório financeiro – se as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, ou dão uma visão verdadeira e justa, de acordo com essa estrutura. Leis ou regulamentos que regem organizações de auditoria do setor público podem prescrever outra terminologia para essa opinião. Uma auditoria conduzida de acordo com normas baseadas nos Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira da INTOSAI e exigências éticas relevantes permitirá o auditor expressar essa opinião.

Embora admita estruturas de relatório financeiro definidas por lei ou regulamento específico, a ISSAI 200 estabelece os componentes mínimos de uma demonstração financeira produzida por uma entidade do setor público, nos seguintes termos:

22. Um conjunto completo de demonstrações financeiras para uma entidade do setor público, quando preparado de acordo com uma estrutura de relatório financeiro para o setor público, normalmente consiste em:

- uma demonstração da posição patrimonial e financeira;
- uma demonstração do desempenho econômico-financeiro;
- uma demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- uma demonstração do fluxo de caixa;
- uma comparação entre valores do orçamento e valores realizados – seja na forma de uma demonstração financeira adicional separada ou de uma conciliação;

- notas explicativas, compreendendo um resumo de políticas contábeis relevantes e outras informações explanatórias;
 - em certos ambientes, um conjunto completo de demonstrações financeiras pode também incluir outros relatórios, tais como relatórios de desempenho e de execução orçamentária.
- Se as demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com uma estrutura para outros regimes contábeis, tais como regime de competência modificado ou regime de caixa, um conjunto completo de demonstrações financeiras pode não incluir todas as demonstrações acima mencionadas.

Em relação aos atributos de uma demonstração financeira, a ISSAI 200 destaca aspectos que associem valor para os usuários, conforme indicado no item 24:

24. Estruturas de relatório financeiro aceitáveis normalmente exibem certos atributos que asseguram que a informação fornecida nas demonstrações financeiras tenha valor para os usuários previstos:
- Relevância – a informação fornecida nas demonstrações financeiras é relevante para a natureza da entidade auditada e para o propósito das demonstrações financeiras;
 - Integridade – nenhuma transação, evento, saldo de conta ou divulgação que possa afetar conclusões baseadas nas demonstrações financeiras foi omitida;
 - Confiabilidade – a informação fornecida nas demonstrações financeiras:
 - (i) quando aplicável, reflete a essência econômica de eventos e transações e não meramente sua forma legal; e
 - (ii) resulta, quando utilizada em circunstâncias similares, em avaliação, mensuração, apresentação e divulgação razoavelmente consistentes.
 - Neutralidade e objetividade – a informação nas demonstrações financeiras é livre de viés;
 - Compreensibilidade – a informação contida nas demonstrações financeiras é clara e abrangente e não dá margem a interpretações significativamente diversas.

No Brasil, a estrutura essencial dos Demonstrativos Contábeis Públicos (DCASP) encontra-se prevista no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, com objetivo de instituir instrumento eficiente de orientação comum aos gestores públicos sobre conceitos, regras e procedimentos de reconhecimento e apropriação das receitas e despesas orçamentárias, além de indicar a elaboração de demonstrativos de estatísticas de finanças públicas em consonância com os padrões e regras estabelecidas nos acordos e convênios internacionais de que a União for parte.

O Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou e disponibilizou o Manual de Auditoria Financeira, com o objetivo de fornecer orientação aos auditores de demonstrações financeiras de órgãos e entidades do setor público. O referido Manual foi elaborado em conformidade com os padrões profissionais de auditoria financeira, estabelecidos pela INTOSAI, e pode ser utilizado para qualquer trabalho de auditoria financeira realizado em órgãos ou entidades federais.

O TCU aprovou o Acórdão 3608/2014-TCU-Plenário – TC 016.937/2012-0 com o propósito de estabelecer estratégia de fortalecimento da auditoria financeira no âmbito do TCU, com objetivo de aumentar a transparência, a credibilidade e a utilidade das contas públicas, sendo aprovada a elaboração de um plano de ação para o período de 2021 a 2026.

A estratégia de fortalecimento da auditoria financeira no âmbito do setor público, aprovada pelo TCU, alcança, por consequência e de forma inexorável, a atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal, integrada pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (art. 74 da Constituição Federal e Lei 10180/2001) e as respectivas unidades de auditoria interna singulares dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Desta forma, a Unidade de Auditoria Interna da UnB deverá, igualmente, estabelecer uma estratégia para fortalecimento da auditoria financeira no âmbito da UnB, com proposta de inclusão de ação de auditoria financeira no Planos Anuais de Auditoria Interna (PAINT).

Na Universidade de Brasília, as demonstrações contábeis são publicadas pela Diretoria de Contabilidade e Finanças, vinculada ao Decanato de Administração (DAF), na página institucional do DAF, estando disponível para consulta as demonstrações relativas aos exercícios de 2017 a 2023. <https://daf.unb.br/demonstracoes-contabeis-dcf-2>

1.2. **Objetivo geral**

O objetivo geral desta auditoria foi avaliar as demonstrações contábeis publicadas pela UnB, relativas ao exercício de 2023, com base na utilização de índices aplicáveis às demonstrações contábeis.

A análise mediante a utilização de índices permite verificar a situação econômica e a situação financeira da organização. O índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações contábeis, com objetivo de evidenciar um aspecto da situação econômica ou financeira.

1.3. Critérios de Avaliação

Uma auditoria tradicional é realizada a partir da confrontação da situação existente com o critério adotado na avaliação, o que poderá resultar em achados positivos ou achados negativos.

Os achados que indicam discrepâncias entre a situação existente e o critério adotado na avaliação são denominados de achados negativos e apontam impropriedades ou irregularidades.

Os achados que apresentam convergência entre a situação existente e o critério adotado na avaliação são denominados de achados positivos por atingir ou exceder o critério (ou boas práticas).

Em uma auditoria operacional, por exemplo, o critério a ser avaliado refere-se a um julgamento sobre economicidade, eficiência, eficácia ou efetividade, e mostra uma avaliação típica da performance da gestão pública, com base nos critérios adotados.

Em uma auditoria financeira, em regra geral, o objeto se relaciona com as demonstrações contábeis. Se elas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. Assim, uma auditoria financeira não tem por objeto a avaliação do desempenho da gestão pública.

Portanto, o critério na auditoria financeira é o modelo contábil, como as demonstrações devem ser preparadas, e se as demonstrações financeiras seguem ou não modelos contábeis aplicáveis à administração pública e se estão em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

Em um processo de parceria entre a Universidade de Brasília e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, o professor José Alves Dantas, docente da UnB, estruturou um programa de capacitação sobre auditoria financeira e disponibilizou os vídeos na internet, no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=AhU71G3EuqY>. O treinamento é composto por 11 vídeos.

No referido treinamento, o prof. Dantas esclarece que o processo de auditoria financeira é semelhante a qualquer outro trabalho de auditoria e deve buscar: obter evidências sobre afirmações; avaliar as evidências em relação a um framework (estrutura de relatórios aplicáveis) e comunicar as conclusões aos usuários. O trabalho de auditoria financeira também deverá ser feito com o ceticismo necessário e de forma não enviesada. O prof. Dantas indica também quais são as fases do processo de auditoria financeira, conforme figura 1, a seguir.



Fonte: Auditoria Financeira no Setor Público [v05]
https://www.youtube.com/watch?v=bwpq_RYELgU

Na fase de planejamento, a equipe de auditoria deverá buscar a compreensão sobre as atividades da entidade, no caso a UnB, os controles internos e as afirmações contábeis, contemplando:

- obter o entendimento da UnB e do ambiente, de forma a identificar: objetivos, estratégias e análise de riscos do negócio; políticas contábeis aplicáveis ao setor de educação; e forma de mensuração do desempenho da UnB;
- Compreender o controle interno da UnB aplicável às informações das demonstrações contábeis. Nesse item a equipe de auditoria deverá identificar os controles instituídos (relevância para a divulgação financeira), as funcionalidades dos controles, a documentação dos controles, controle de transações não usuais ou não recorrentes, controles relacionados ao compliance com leis e regulamentos, controle de recursos orçamentários, sistema de informação etc;
- Identificar as afirmações das demonstrações financeiras, contemplando a avaliação da importância, provas necessárias, avaliação das evidências para formulação da opinião sobre a adequação das informações etc;

- Afirmações da administração. A equipe de auditores desenvolve objetivos específicos para cada conta, com base nas afirmações da administração. As afirmações podem ser classificadas em:
 - Ø Existência - Todas as transações registradas realmente ocorreram durante o período da demonstração?
 - Ø Ocorrência - Todos os ativos, passivos e itens do PL são válidos e são adequadamente apresentados no BP?
 - Ø Integridade - Todas as transações que ocorreram durante o período foram contabilizadas? Os saldos apresentados no BP incluem todos os ativos, passivos e itens do PL adequadamente?
 - Ø Direitos e obrigações - Há documentos legítimos que caracterizem bens e direitos como ativos da entidade e os direitos de terceiros contra tais ativos?
 - Ø Avaliação - Os saldos encontram-se adequadamente avaliados, refletem os princípios e práticas contábeis, incluindo depreciações e amortizações?
 - Ø Alocação - As transações foram adequadamente registradas? Os saldos encontram-se adequadamente avaliados por seu valor realizável líquido?
 - Ø Apresentação e divulgação - As transações e os saldos encontram-se adequadamente classificados? Todas as divulgações exigidas pelas normas regulamentares e contábeis estão atendidas?
- Avaliar os riscos de distorções materiais (possibilidades e componentes);
- Determinar a materialidade - a informação é material se a omissão ou distorção poderá influenciar as decisões dos usuários;
- Decidir sobre os riscos de auditoria;
- Definir a amostragem - Considerar a relevância da informação, o risco de auditoria e a efetividade do sistema de controle interno; amostragem estatística;
- Elaborar o programa de auditoria - definição do conjunto de procedimentos e testes de auditoria (testes de controles, de estimativas contábeis, de transações, de saldos, de apresentação e divulgação).

Como se observa, o processo de avaliação em uma auditoria financeira é amplo e complexo, exigindo conhecimento específico, esforços e recursos. A partir de uma análise de autoavaliação, esta unidade de Auditoria Interna da UnB conclui que atualmente necessita fortalecer sua estrutura para conseguir atender adequadamente a realização de uma auditoria financeira.

A equipe de auditoria buscou, então, outros métodos para realizar a auditoria financeira, sendo objeto de verificação a análise horizontal, a análise vertical e a análise com base em índices.

A análise horizontal utiliza uma série de valores temporais de um determinado item. O número índice é a relação entre o valor de uma conta contábil em determinada data e seu valor obtido na data-base. Essa técnica permite a construção de uma demonstração temporal, verificando-se o comportamento evolutivo de determinado elemento da demonstração financeira, permitindo a construção de tendências.

A análise vertical permite a verificação da participação relativa de uma determinada conta em um conjunto de contas, viabilizando a comparação entre um grupo de contas semelhantes ou que podem se relacionar, o que irá evidenciar a representatividade e importância da conta específica.

Os especialistas indicam que as análises horizontal e vertical devem ser objeto de interpretação conjunta, e que essas análises proporcionam condições de verificação do comportamento e estabilidade e segurança da organização.

A análise mediante a utilização de índices permite verificar a situação econômica e a situação financeira da organização. O índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, com objetivo de evidenciar um aspecto da situação econômica ou financeira.

Considerando que existe uma diversidade de índices, a literatura recomenda que o importante não é o cálculo de um grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa de acordo com o grau de profundidade desejada na análise.

Diante do exposto, a equipe de auditoria entendeu conveniente realizar uma auditoria financeira com base na avaliação dos índices aplicáveis às demonstrações contábeis divulgadas pela Universidade de Brasília, o que permitirá à Alta Administração visualizar a situação econômica e financeira da Universidade em um determinado exercício.

1.4. Metodologia

A presente auditoria utilizou as técnicas de análise documental e indagação. Destaca-se que o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental, no item 4.3.4.6.3, define análise documental como a "comprovação das transações que, por exigências legais, comerciais ou de controle, são evidenciadas por documentos, a exemplo de faturas, notas fiscais, certidões, portarias,

declarações etc”. O citado manual também apresenta o conceito de indagação, em seu item 4.3.4.6.5, como “a formulação de perguntas com a finalidade de obter informações, dados e explicações que contribuam efetivamente para o alcance dos objetivos do trabalho de auditoria”.

Foram realizadas reuniões com os responsáveis pela Unidade Auditada, com objetivo de facilitar o entendimento quanto ao trabalho e os respectivos resultados.

As informações utilizadas foram fundamentadas com base pela análise das Demonstrações Contábeis do exercício de 2023, constantes na página do DAF/UnB.

1.5. Unidades Envolvidas

Decanato de Administração da UnB (DAF)

1.6. Critérios

- MCASP
- Manual de Auditoria Financeira - TCU

2. RESULTADOS DA AUDITORIA

As Demonstrações Contábeis da Universidade de Brasília UnB, com data de referência em 31/12/2023, estão disponíveis para consulta na página institucional do Decanato de Administração da UnB no seguinte link:

https://daf.unb.br/images/1/Notas_Explicativas__Demonstracoes_Contabeis_2023_assinado_assinado_2.pdf

De acordo com as notas explicativas “as estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público”, sendo compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A equipe de auditoria realizou o cálculo e a avaliação dos índices aplicáveis às Demonstrações Contábeis da UnB, com base em cada peça das Demonstrações Contábeis, obtendo os índices indicados abaixo, cujos resultados são apresentados na sequência:

- Balanço Orçamentário
 - Ø Análise do Quociente de Execução da Receita
 - Ø Análise do Quociente de Execução da Despesa
 - Ø Análise do Quociente do Resultado Orçamentário
- Balanço Financeiro
 - Ø Análise do Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros do Exercício
- Balanço Patrimonial
 - Ø Análise da Liquidez Imediata (LI)
 - Ø Análise da Liquidez Corrente (LC)
 - Ø Análise da Liquidez Geral (LG)
 - Ø Análise do Índice de Solvência (IS)
 - Ø Análise do Endividamento Geral
 - Ø Análise da Composição do Endividamento
- Demonstração das Variações Patrimoniais
 - Ø Análise do Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais.

Os valores utilizados para o cálculo dos índices estão expressos em mil reais.

2.1. Balanço Orçamentário

2.1.1. Quociente de Realização da Receita

$$QRR = \frac{RR}{RP}$$

Onde,

QRR = Quociente de Realização da Receita

RR = Receita Realizada

RP = Receita Prevista

Esse índice representa a comparação entre a receita realizada e a receita prevista. Aplicando-se os dados constantes no Balanço Orçamentário da UnB 2023, temos o seguinte resultado:

Receitas realizadas = R\$ 85.018,00

Previsão atualizada das receitas = R\$ 88.561,84

$$QRR = \frac{R\$ 85.018,00}{R\$ 88.561,84}$$

$$QRR = 0,96$$

O índice apresentado pela UnB foi de 0,96, o que significa que 96% da receita estimada foi efetivamente arrecadada no período. Isso indica um bom grau de precisão na previsão orçamentária, sugerindo um planejamento eficiente, com uma pequena variação de 4% entre o valor estimado e o valor arrecadado.

O resultado esperado para esse índice é que ele seja igual a 1 ou maior que 1.

2.1.2. Quociente de Execução da Despesa

$$QED = \frac{DE}{DA}$$

Onde,

QED = Quociente de Execução da Despesa

DE = Despesa Executada

DA = Dotação Atualizada

Esse índice representa a comparação entre a despesa executada (empenhada) e a dotação atualizada. Aplicando-se os dados constantes no Balanço Orçamentário da UnB 2023, temos o seguinte resultado:

Despesa Executada = R\$ 2.348.142,79

Dotação Atualizada = R\$ 2.217.778,43

$$QED = \frac{R\$ 2.348.142,79}{R\$ 2.217.778,43}$$

$$QED = 1,06$$

O índice tem por objetivo identificar se houve discrepância entre o processo de planejamento e a execução efetiva das despesas. O índice apresentado pela UnB foi de 1,06, o que significa que a UnB empenhou 106% do valor previsto para as despesas de 2023. Ficou evidenciado que houve realização de despesa no montante de 6% acima do planejado.

A equipe de auditoria constatou que a despesa empenhada foi superior à dotação atualizada. O fato se justifica em razão da descentralização de créditos entre órgãos da Administração Pública Federal, por meio da celebração de termo de execução descentralizada..

2.2. Balanço Financeiro

A equipe de auditoria avaliou as informações do Balanço Financeiro, com intuito de apurar o resultado financeiro do exercício, por meio do Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros. Esse indicador tem por objetivo medir a mudança no saldo financeiro de um exercício para o exercício seguinte, refletindo a eficácia na administração dos recursos financeiros disponíveis.

Considerando que no setor público os recursos financeiros são repassados à medida que as liquidações de despesas ocorrem, não há configuração relevante de acúmulo de saldo financeiro.

Em decorrência, a equipe de auditoria concluiu pela baixa eficácia de aplicação desse índice no âmbito da Universidade de Brasília.

2.3. Balanço Patrimonial

2.3.1. Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Onde,
LC = Liquidez Corrente
AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

Esse índice representa a comparação do ativo circulante com o passivo circulante. Aplicando-se os dados constantes no Balanço Patrimonial da UnB 2023, temos o seguinte resultado:

$$\begin{aligned} \text{Ativo Circulante} &= \text{R\$ } 215.562,72 \\ \text{Passivo Circulante} &= \text{R\$ } 777.474,64 \end{aligned}$$

$$LC = \frac{\text{R\$ } 215.562,72}{\text{R\$ } 777.474,64}$$

$$LC = 0,28$$

O índice tem por objetivo avaliar a capacidade da organização em cumprir suas obrigações de curto prazo, com utilização de todos os seus ativos circulantes, ou seja, recursos que podem ser convertidos em dinheiro no mesmo período. O índice calculado foi de 0,28 (ou 28%), o que significa que, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, a Universidade dispõe de apenas R\$ 0,28 em ativos circulantes. Quanto maior a liquidez corrente de uma organização, maior sua capacidade de cumprir com os compromissos financeiros no curto prazo. Um índice abaixo de 1 pode sinalizar risco de liquidez. No entanto, por se tratar de setor público, esse índice deve ser interpretado levando-se em consideração a natureza do orçamento público, já que muitas obrigações são cobertas por créditos adicionais ou repasses governamentais, e não apenas pelos ativos circulantes.

2.3.2. **Liquidez Geral (LG)**

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PNC}$$

Onde,
LG = Liquidez Geral
AC = Ativo Circulante
ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
PNC = Passivo Não Circulante

Esse índice representa a comparação do ativo circulante somado com o ativo realizável a longo prazo com o passivo circulante somado ao passivo não circulante. Aplicando-se os dados constantes no Balanço Patrimonial da UnB 2023, temos o seguinte resultado:

$$\begin{aligned} \text{Ativo Circulante} &= \text{R\$ } 215.562,72 \\ \text{Ativo Realizável a Longo Prazo} &= \text{R\$ } 176,12 \\ \text{Passivo Circulante} &= \text{R\$ } 777.474,64 \\ \text{Passivo Não Circulante} &= \text{R\$ } 0,00 \end{aligned}$$

$$LG = \frac{\text{R\$ } 215.562,72 + \text{R\$ } 176,12}{\text{R\$ } 777.474,64 + \text{R\$ } 0,00}$$

$$LG = 0,277$$

A Liquidez Geral avalia a capacidade da entidade de cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, levando-se em conta todos os ativos que podem ser convertidos em dinheiro, tanto no curto quanto no longo prazo. Esse índice é importante para analisar a sustentabilidade financeira a longo prazo. O índice calculado é cerca de 0,28 (ou 28%), o que significa que, ao considerar todos os ativos disponíveis, a UnB tem uma disponibilidade de R\$ 0,28 para cada R\$ 1,00 de dívida total. Esse valor abaixo de 1 indica que a Universidade depende em grande parte de repasses e receitas futuras para manter a sua saúde financeira.

2.3.3. **Índice de Solvência (IS)**

$$IS = \frac{AT}{PT}$$

Onde,
IS = Índice de Solvência
AT = Ativo Total
PT = Passivo Total

Esse índice representa a comparação do ativo total com o passivo total. Aplicando-se os dados

constantes no Balanço Patrimonial da UnB 2023, temos o seguinte resultado:

Ativo Total = R\$ 8.512.528,36

Passivo Total = R\$ 777.474,64

$$IS = \frac{R\$ 8.512.528,36}{R\$ 777.474,64}$$

IS = 10,95

Esse índice reflete a saúde financeira geral da instituição, indicando se os ativos são suficientes para cobrir todas as dívidas. Uma organização é considerada solvente quando tem condições de cumprir suas obrigações e ainda apresenta uma posição patrimonial que assegura sua continuidade no futuro. O índice calculado é de 10,95, o que significa que, para cada R\$ 1,00 de dívida, a universidade possui R\$ 10,95 em ativos totais. Assim, a Universidade de Brasília demonstra uma sólida capacidade de cumprir suas obrigações, tanto de curto quanto no longo prazo, evidenciando uma situação financeira estável. No entanto, no setor público, é importante considerar também aspectos como a natureza das receitas, a dependência de repasses governamentais e a sustentabilidade orçamentária no longo prazo ao avaliar a solvência.

2.3.4. Endividamento Geral

$$EG = \frac{PT}{AT} * 100$$

Onde,

EG = Endividamento Geral

PT = Passivo Total

AT = Ativo Total

Esse índice representa a comparação do passivo total com o ativo total, em termos percentuais. Aplicando-se os dados constantes no Balanço Patrimonial da UnB 2023, temos o seguinte resultado:

Passivo Total = R\$ 777.474,64

Ativo Total = R\$ 8.512.528,36

$$EG = \frac{R\$ 777.474,64}{R\$ 8.512.528,36}$$

EG = 9,13%

O Índice de Endividamento Geral avalia a proporção dos ativos totais de uma entidade que são financiados por dívidas, refletindo o grau de comprometimento do patrimônio com as obrigações a terceiros. O índice calculado é de 9,13%, o que significa que cerca de 9,13% dos ativos totais da Universidade de Brasília são financiados por dívidas. Isso revela uma baixa dependência de recursos externos, indicando uma situação financeira estável.

2.3.5. Composição do Endividamento

$$CE = \frac{PC}{PT} * 100$$

Onde,

CE = Composição do Endividamento

PC = Passivo Circulante

PT = Passivo Total

Esse índice representa a comparação do passivo circulante com o passivo total, em termos percentuais. Aplicando-se os dados constantes no Balanço Patrimonial da UnB 2023, temos o seguinte resultado:

Passivo Circulante = R\$ 777.474,64

Passivo Total = R\$ 777.474,64

$$CE = \frac{R\$ 777.474,64}{R\$ 777.474,64}$$

CE = 100%

O índice calculado é de 100%, o que significa que todas as obrigações da Universidade de Brasília são de curto prazo, ou seja, precisam ser quitadas em um período breve. Embora a falta de passivos de longo prazo possa sugerir um menor comprometimento financeiro futuro, é crucial garantir uma gestão eficaz do fluxo de caixa para cumprir com todas as obrigações imediatas. Na administração pública, é fundamental levar em conta a previsibilidade dos repasses governamentais e outras fontes de receita

para garantir que essas obrigações sejam cumpridas dentro do prazo.

2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

2.4.1. Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

$$QRVP = \frac{VPA}{VPD}$$

Onde,

QRVP = Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

VPA = Variação Patrimonial Aumentativa

VPD = Variação Patrimonial Diminutiva

Esse índice representa a comparação da variação patrimonial aumentativa com a variação patrimonial diminutiva. Aplicando-se os dados constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais da UnB 2023, temos o seguinte resultado:

Variação Patrimonial Aumentativa = R\$ 2.437.820,53

Variação Patrimonial Diminutiva = R\$ 2.513.219,22

$$QRVP = \frac{R\$ 2.437.820,53}{R\$ 2.513.219,22}$$

QRVP = 0,97

O quociente de 0,97 indica que para cada R\$ 1,00 de redução no patrimônio foram gerados apenas R\$ 0,97 em aumentos patrimoniais, resultando em um déficit patrimonial de R\$ 75.398,69. Isso sugere a necessidade de reavaliar as políticas de gestão patrimonial para garantir a sustentabilidade do patrimônio nos próximos exercícios.

3. CONCLUSÃO

A presente auditoria teve como objetivo avaliar as demonstrações contábeis publicadas pela UnB, relativas ao exercício de 2023, com base na utilização de índices aplicáveis às demonstrações contábeis, em atendimento à Ação de Auditoria nº 07 do Plano Anual de Auditoria Interna de 2024.

A equipe de auditoria, após avaliação do objeto da auditoria, adotou o entendimento de que a realização de uma auditoria financeira para verificar se as demonstrações contábeis publicadas pela UnB seguem os modelos contábeis aplicáveis à administração pública (MCASP), e se estão em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável, em razão de sua amplitude e complexidade, exigiria conhecimento, esforços e recursos que a AUD não dispõe, no momento.

A partir da análise das demais alternativas para a realização da auditoria financeira – análise horizontal, análise vertical ou análise mediante a utilização de índices – a equipe de auditoria definiu com viável e de melhor aplicabilidade para a alta administração da UnB, a realização de uma auditoria financeira com base em índices aplicáveis às demonstrações contábeis da UnB.

O índice consiste em obter o resultado da relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações contábeis, com objetivo de evidenciar um aspecto da situação econômica ou financeira da UnB.

A equipe de auditoria realizou os cálculos e a avaliação dos índices aplicáveis às Demonstrações Contábeis da UnB – 2023, tendo como referência o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, com apresentação dos resultados no item 2 do presente relatório.

Embora os resultados dos índices não expressem a amplitude desejada, de forma a permitir uma conclusão definitiva, podem ser destacados alguns aspectos em relação às Demonstrações Contábeis, permitindo evidenciar que a Universidade de Brasília, apresenta:

- boa gestão dos recursos orçamentários, em relação a previsão e arrecadação de receitas, assim como em relação à execução de despesas;
- eficácia na gestão financeira;
- sólida capacidade de cumprir suas obrigações, tanto de curto quanto no longo prazo, evidenciando uma situação financeira estável;
- inexistência de passivos de longo prazo;
- tendência a um déficit patrimonial;
- dependência de repasses de recursos governamentais.

Considerando que o objetivo geral da presente auditoria foi o de apresentar os aspectos da situação econômica e financeira da UnB, com base em cálculo de índices previamente definidos, não foram emitidas quaisquer recomendações.

A equipe de auditoria apresenta a proposta de realização de auditoria financeira na UnB, de forma contínua, com inclusão de ação específica nos próximos Planos Anuais de Auditoria Interna - PAINT, ocasião em que poderão ser avaliados os demais aspectos da auditoria financeira.

Por fim, ressalta-se que o presente relatório tem por objetivo subsidiar as decisões administrativas, com o propósito de contribuir com a gestão da UnB nos aspectos tratados neste documento, e não esgota as possibilidades de avaliação do assunto.

Atenciosamente,

Cibele Maria Pinto Pereira Menezes de Oliveira
Auditora da Auditoria Interna/UnB
Matrícula UnB 1090135

Fernando Tarlei de Freitas
Auditor da Auditoria Interna da UnB
Matrícula UnB 1073095

Gláucia Lopes Luiz Evangelista
Economista/UnB
Matrícula UnB 1006592

De acordo, aprovo.

Nara Cristina Ferreira Mendes
Auditora-Chefe da Auditoria Interna da UnB
Matrícula UnB 1051954



Documento assinado eletronicamente por **Cibele Maria Pinto Pereira Menezes de Oliveira, Auditor(a) da Auditoria Interna**, em 31/03/2025, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Tarlei de Freitas, Auditor(a) da Auditoria Interna**, em 31/03/2025, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Nara Cristina Ferreira Mendes, Auditor(a) Chefe da Auditoria Interna**, em 31/03/2025, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Lopes Luiz Evangelista, Economista da Auditoria**, em 31/03/2025, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12588177** e o código CRC **0F25FD32**.